

Prof. Dra. Rose Gurski; Bolsista: Larissa Pedroso Moraes; Bolsista Silvana Purificação Vana

O desamparo de jovens em conflito com a lei: a escuta como dispositivo de intervenção

O presente escrito busca refletir sobre as questões ligadas à temática do desamparo e sua relação com grande parte da população juvenil que vive em situação de vulnerabilidade. Os referenciais teóricos que sustentam esta intervenção são, especialmente, a Psicanálise, alguns escritos sobre juventude e violência e as contribuições do filósofo Walter Benjamin. Nas oficinas, orientávamos pelas noções de *atenção flutuante* e do conceito do *a posteriori*, ambos advindos da Psicanálise; de Walter Benjamin, recolhemos os efeitos advindos de seu trabalho com a temática da experiência.

Procuramos, nesta intervenção de extensão, trabalhar com a noção de violência em uma perspectiva diferente do simples discurso da criminalidade, problematizando os efeitos que o desamparo e o laço social geram na vida dos adolescentes. Valendo-nos dessas articulações, também nos dedicamos a pensar em como um espaço de oficina, baseada na livre circulação da palavra, pode servir como um modo de (re)significação de si.

Ao longo do trabalho anterior, também em Oficina, desenvolvido no projeto “**Os jovens em Conflito com a Lei, a Violência e o Laço Social**”, notamos que o desamparo é um tema frequente nos relatos dos meninos que estão cumprindo medida socioeducativa em internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE) na FASE/RS. Ora, muitas vezes, tal condição de desamparo acontece desde a infância, já nas primeiras relações familiares. A frequente ausência da figura paterna aparece refletida na falta de uma referência – questão que, não raro, surge nas enunciações deles e reflete-se nos modos “de se fazer representar” no social. Esta situação de vulnerabilidade não se limita aos laços afetivos, mas está presente também no laço social, fragilizado pela ausência de reconhecimento, possibilidades e perspectivas de futuro.

Esta demanda do laço social acaba sendo repetida dentro da instituição, pois os agentes, ao verem esses adolescentes como meros criminosos, negam novamente a possibilidade de um modo de representação para além da delinquência. Frequentemente, notamos que os agentes não operam como representantes da lei, mas apresentam-se como ela própria frente aos meninos, “adotando” uma função punitiva e descartando o seu potencial socioeducativo. Por sua vez, esse comportamento hostil e autoritário por parte dos agentes com os jovens, pode revelar uma angústia também destes profissionais, que se encontram

desamparados em sua prática. Nesse sentido, entendemos que a ausência de espaços de escuta acerca das angústias deste fazer, bem como a falta de dispositivos de formação, resulta em constantes conflitos entre os agentes e os adolescentes.

Assim, além da continuidade da Oficina com os jovens, apostamos na circulação da palavra, produtora de polissemia, também na direção dos adultos que se ocupam deles, a fim de que estes não repitam, dentro da instituição, as mesmas demandas que já eram dirigidas aos jovens, especialmente no que se refere ao lugar de desamparo e de invisibilidade.